

GUIA PRÁTICO PARA MANTER-SE CONECTADO AO ESPAÇO COLETIVO

CASAMENTO MISTO

FILHOS

Essa questão deve aparecer antes da questão do próprio casamento porque representa a expectativa de cada cônjuge em relação a sua futura família e a questão da tradição.

1. Revelar e negociar sua intenção em relação aos filhos é fundamental. Os casais conseguem lidar bem com as diferenças de identidade, mas com o aparecimento dos filhos se torna mais difícil.
2. Em geral o cônjuge não judeu desconhece a profundidade da identidade judaica de seu cônjuge. Muitos judeus agem como se fossem desgarrados da comunidade, mas nutrem um profundo vínculo com sua História e destino. Faça isso ser conhecido para que o cônjuge não judeu não se sinta traído depois do nascimento de filhos quando costuma aflorar este sentimento.
3. No caso de menino, tente realizar o *brit-mila*. Há controvérsia sobre a circuncisão seja do ponto de vista médico ou mesmo psíquico, o que gera resistências. Mas nenhuma destas questões é grave e entre procrastinar e racionalizar, você poderá deixar de estabelecer um vínculo que é coletivo e que depois dificilmente resgatará. É tenso, mas se você faz o dever de casa é melhor a tensão de um momento do que uma pendência para sempre. O *mohelel* (a pessoa que realiza a circuncisão) é em muitos casos médico e faz com todo o cuidado e pode esclarecer todo o procedimento. Ele pode e deve realizar o *brit-mila* mesmo que a criança não tenha ainda seu status de judeu definido. Isso poderá ser resolvido no futuro com maior facilidade uma vez que o *brit* tenha sido feito.
4. No caso de menina venha dar um nome hebraico na sinagoga. Isso é feito quatro ou cinco meses depois do nascimento (ou mais tarde se quiser) numa cerimônia simples. Essa bênção não tem valor de uma conversão, mas mesmo sendo apenas a declaração de um nome hebraico a ser confirmado no futuro é um momento importante de estar em comunidade. Para a sua família e mesmo para a família do cônjuge não judeu é significativo definir que a criança foi abençoada e que o casamento de tradições mistas não deixou a menina sem uma dimensão espiritual.

FAMÍLIA

Há três tipos de Casamentos Mistos no que diz respeito ao futuro da família para cônjuges judeus que desejem manter-se vinculados ao espaço coletivo:

- I. Cônjuge não judeu tem uma relação de identidade forte com sua tradição de origem e pretende preservá-la dentro da família.
- II. Cônjuge não judeu não tem uma relação de identidade religiosa ou tradicional e reconhece a importância de buscar uma unidade familiar nesta área.
- III. Cônjuge não judeu não tem uma relação de identidade religiosa ou tradicional e não deseja fazer nenhum movimento pessoal de aproximação.

RELATIVO AO CASO I

Como o Judaísmo não é (apenas) uma religião, a não observância ou o ceticismo não determinam que um judeu não tem identidade. O cônjuge não judeu deve entender esta característica de seu parceiro.

Quando há duas tradições em disputa por espaço, cada casal terá que encontrar seu caminho particular e terá que fazer o trabalho e as concessões que esta união demanda. Será fundamental o respeito ao outro e o conhecimento da realidade do outro. Não conte com a comunidade para oferecer concessões. O espaço coletivo é que demanda deveres. Você terá que buscar os espaços e por esforço próprio se aproximar ou aproximar aqueles de sua família que se interessarem por esta identidade.

Se for preservar a sua identidade como um ato pessoal, individual, deixando a família de fora, faça o dever de casa. Afilie-se a uma sinagoga ou a entidades coletivas e não abandone a dimensão coletiva. Você terá que ser o artesão desta situação particular e única.

Não caia na tentação de inventar novas tradições para resolver o problema pessoal. Tradições pessoais não são tradições, são traições ao coletivo. Claro que todos podem inventar práticas pessoais de Ca-Ju (católico-judeu onde há Pessach-Páscoa e Chanuka-Natal) ou Ju-Bu (judeu-budista, que jejua em Kipur e medita diariamente), mas são momentos particulares de sua família. Não haverá este espaço coletivo Ca-Ju ou Ju-Bu na esfera coletiva. Nessa esfera você deve permanecer respeitador ao invés de querer desconstruir o coletivo porque você não consegue se adequar a ele. Reconhecer o interesse próprio e não se sentir ofendido porque o coletivo não acolhe é não entender os limites do coletivo. Assim como a lei não pode deixar que só hoje eu passe o sinal fechado, reconheça as fronteiras de uma identidade e não violentá-las é fundamental para você continuar, de alguma maneira, neste espaço coletivo (mesmo que “do lado de fora”).

CERIMÔNIA DE CASAMENTO NO CASO I

Não faça nada ecumênico. Quem faz coisas ecumênicas é o coletivo. Judeus e Católicos podem ter um momento ecumênico de dois coletivos. O ecumênico individual, pessoal, é uma dissimulação da esfera coletiva e uma forma de desdém à mesma.

Mais que isso a cerimonia de casamento com dois oficiantes de duas religiões tem o sentido oposto ao que se deseja numa celebração entre noivos. Não queremos enfatizar diferenças, mas a celebrar afinidades. Cada um ter seu próprio “pastor” é gritar no ouvido dos convidados essa diferença. É como se fosse lido o pacto-pré-nupcial do cartório para explicitar os havares de cada um.

É compreensível o desejo dos cônjuges que tem afinidade com sua religião para tê-las presente. Mas se as respeitam, devem querê-las dentro do que é possível. Haverá momentos em que as tradições poderão fazer concessões dentro de suas disponibilidades coletivas, mas não é na sua celebração particular e simbólica que elas podem fazer isso. Lembre-se que na sua condição você é um artesão e que você terá que customizar este momento e não a tradição.

Não use nada falso, seja transparente. A melhor solução é fazer o que está realmente sendo feito, ou seja, um casamento civil. Não fuja desta característica.

Não quer dizer que você não possa dar a este casamento civil características pessoais, mesmo de suas raízes e espiritualidade. Mas para tal terá que fazer o dever de casa. Aliás, tudo que dirá respeito a demandas por “religião e tradição” serão artesanalmente de sua responsabilidade. Não haverá comunidade ou profissional a quem delegar esta tarefa. Como em qualquer nicho de mercado aparecerão indivíduos dispostos a fazer isso, mas fuja deles porque lhe oferecem uma opção de afastamento definitivo do espaço coletivo uma vez que nestes simulacros há uma componente de desrespeito que talvez você não enxergue.

Como fazer então?

Torne pessoal. Sempre esta será a grande dica.

Faça um casamento civil. Delegue a condução do mesmo a única autoridade legítima neste momento – o juiz de paz. Ele deve conduzir os rituais civis deste momento e pode servir de mestre de cerimônia indicando dois outros participantes, um de cada cônjuge e representando cada uma das raízes-tradições. Esses convidados, que podem ser amigos ou parentes, podem realizar bênçãos ou invocações religiosas para dar sentido espiritual a esse momento. Utilize quanta música tradicional quiser. Coloque o solidéu, símbolo religioso, durante a bênção ou evocação daquele que fala pela tradição judaica. Utilize até algum costume que não seja parte do cânone de um casamento judaico, tal como a quebra de um cálice no final, ou a realização de um brinde com a saudação de “le chaim”.

Não receba bênçãos de pessoas que não sejam amigos ou parentes. Não recebam bênçãos de pessoas que não tem representatividade coletiva e que os abençoam por conta do soldo que você mesmo esta pagando. Seja transparente consigo e com seus convidados. Ao fazer isso você não atende expectativas da tradição, mas não se afasta da mesma definitivamente. A vida dá muitas voltas e você encontrará caminhos para estabelecer vínculos e terá, quando respeitoso da comunidade, movimentos coletivos de acolhimento quando menos esperar.

Procure um rabino de linha liberal (Conservadora ou Reformista) para ajudar nessa construção do que é apropriado e o que não é apropriado. O mesmo deve fazer o cônjuge não judeu a seu representante religioso.

Faça *tsedaka* (benemerência) a espaços coletivos por conta de seu casamento. Ser membro da comunidade é sempre mais real no que se oferece do que no que se demanda. O coletivo não é um consórcio onde em algum momento você retira algo; é um lugar de responsabilidade primordialmente do indivíduo para com o coletivo.

RELATIVO AO CASO II

Se há um desejo de criar uma unidade familiar através da tradição judaica o caminho aponta para a conversão. Procure rabinos de linha liberal (Conservadora ou Reformista) que realizam estas conversões num espaço comunitário. Não procure ofertas de indivíduos ou pela internet. O movimento deve partir daquele que vai buscar a conversão. É importante se programar com antecedência para um processo que pode ser lento em relação a sua agenda como casal. O ideal é aguardar a finalização do processo para poder realizar o casamento já com esta questão concluída.

Diferente de linhas ortodoxas, as linhas liberais entendem que a identidade judaica tenha outras referências para além da religião. A linguagem da religião (converter) aparece como um recurso da tradição para esse movimento de ingresso no espaço coletivo.

4 Esse é, sem dúvida, um momento para o cônjuge judeu rever seu olhar para a tradição num momento de maturidade. Também é comum que o cônjuge que se converte se torne mais envolvido e conhecedor de pormenores da tradição.

Uma vez completado o processo de conversão, o cônjuge será considerado judeu em todas as situações da vida comunitária para os movimentos liberais. Os movimentos ortodoxos não reconhecem estas conversões, mas eles representam cerca de 20% da totalidade dos judeus. Para efeito de imigração o governo de Israel aceita essas conversões assim como os cemitérios judaicos também as reconhecem.

O casamento pode ser dentro da tradição. Para os que tiverem realizado o casamento civil previamente, o casamento religioso deve ser realizado para consagrá-lo diante da tradição.

RELATIVO AO CASO III

Para um cônjuge que não quer buscar uma unidade familiar dentro da tradição judaica e não tem uma identidade religiosa estabelecida valem as mesmas sugestões do Caso I. A diferença é que há um importante espaço para aproximação.

Conversões nunca devem ser propostas ou exigidas e pode ser um importante elemento de aproximação ter esta sensibilidade. Essa condição permite com maior facilidade a permissão do cônjuge não judeu para que os filhos tenham a identidade judaica. Nesses casos Escolas Judaicas são fundamentais para a integração de seus filhos. Alguém nestas condições deveria de forma imperiosa recorrer às escolas disponíveis e explicar ao cônjuge não judeu que fica extremamente difícil produzir esta identidade sem a ajuda da escola.

É comum cônjuges não judeus buscarem a conversão posteriormente. Esta mudança se deve a dois importantes fatores. O primeiro é a aproximação por exposição direta à tradição e a comunidade ou pelos costumes vividos dentro da família judia. O segundo, definitivo, é que quando os filhos se tornam judeus, seja por status ou por identidade, ocorre uma importante descoberta. O cônjuge não judeu que se achava desvinculado da ancestralidade judaica, vê revelado que compartilha dessa descendência. O fato dos filhos serem judeus faz com que tenham na própria família “sangue judeu”. Não para trás nos ancestrais, mas para a frente, nos descendentes. Essas pessoas se descobrem, portanto, de família judia. O que poderíamos chamar de “judias pelo ventre dos filhos”. Tal vínculo é forte e se evidencia uma vez que os filhos tenham assumido a identidade judaica.

INTEGRAÇÃO

A aproximação de cônjuges e descendentes em casamentos mistos tem se mostrado um importante vetor na preservação do Judaísmo e do coletivo da comunidade. O resultado é expressivo e a maioria dos processos de conversão bem como a passagem de identidade às crianças pelas escolas e por rituais de confirmação, seja circuncisão e *bar e bat mitzvah*, têm gerado um importante acréscimo à comunidade.

Diferente de algumas poucas décadas quando a conversão era muitas vezes uma forma de viabilizar o casamento devido à resistência da família judia, hoje há muito menos pressão dos familiares para que isso se imponha como condição. Por esta razão, a qualidade de envolvimento e autonomia das pessoas que buscam a conversão vem aumentando e é muito raro o antigo jargão “converter para casar”. Há sim maior flexibilidade e menor estranhamento ao Judaísmo o que favorece estas escolhas.

5

Na minha experiência de 3 décadas o que vejo é uma adesão verdadeira que encontra espaço na comunidade e que reengaja novas gerações com a mesma qualidade de vínculo que judeus de pais judeus. Em meio às discórdias entre ortodoxos e liberais sobre a legitimidade destas inclusões, estas pessoas vão encontrando caminhos para dentro do espaço coletivo. Muitas delas irão até mesmo buscar uma “re”-conversão por caminhos da ortodoxia, realizando *Tshuvah* (o retorno) e se estabelecendo no meio da comunidade ortodoxa.

BAR E BAT MITZVA

Esse é o momento onde um jovem pode regularizar sua situação perante a tradição. Mesmo com as colocações que fizemos onde explicamos que o Judaísmo não é apenas uma religião, cabe ao espaço religioso, mais especificamente aos rabinos, a responsabilidade desta função.

Meninas que tenham sido educadas em escolas judaicas e já apresentem uma identidade definida como judias fazem a *Mikvah* banho ritual e recebem um documento de conversão antes de realizarem a cerimônia do bat-mitzvah onde confirmam ritualmente sua pertinência.

Para os meninos o banho ritual também é exigido para formalizar a conversão. Também é exigido que a questão da circuncisão esteja resolvida. Para os que fizeram a circuncisão com um *mohel* dentro do marco ritual, a circuncisão é válida. Para os que fizeram a circuncisão como um processo médico, em

hospitais e sem a presença de ritual, é realizado um breve ritual confirmando o valor ritual da circuncisão (*atafat dam*).

É muito importante que jovens com identidade judaica busquem legitimar seu status diante da comunidade. Algumas escolas realizam um “*bat-mitzva*” coletivo estilizado que equivocadamente sugere a pertinência oficial à comunidade.

SEPULTAMENTO

Outro momento coletivo é o momento da morte. Por conta da difusão do valor da individualidade, muitas pessoas pensam que a morte é uma extensão do indivíduo. Porém, assim como o ser humano não nasceu indivíduo, mas se fez assim a partir da família e da cultura onde nasceu, também a morte contém uma essência coletiva intrínseca. Claro a biografia e as características de cada um marcam este momento, mas ele não é um momento autônomo e sim de entrega.

Pode-se discordar desta visão, mas é muito real a desorientação que conhecem os familiares e descendentes que permanecem. Quando alguém assume a morte como um evento pessoal e particular, rouba a possibilidade de que os costumes coletivos se apliquem aos seus entes sobreviventes. Não apenas perdem o sentido dessa conexão em momento existencial tão profundo, como ficam sem a proteção de um ritual e de procedimentos ancestrais para dar conta do luto e do sofrimento.

O enfrentamento da morte sem a presença de costumes e raízes produz um momento de grande solidão e desesperança. A autonomia, ao invés da entrega, desqualifica aspectos da consciência coletiva e de significados subjetivos, favorecendo uma atitude racional e fria que ofusca nuances da vida. Tal pragmatismo trata o corpo fora da memória coletiva do qual ele fez parte e o retira da vida comunal de forma abrupta.

Para fins de sepultamento, os que tiverem seu status de judeu definido diante da comunidade podem ser enterrados nos cemitérios judaicos. Isso inclui, com certeza, os que se converteram.

Dispomos também de um cemitério que tem área contígua e pertencente à comunidade e que permite o sepultamento próximo de entes queridos não judeus.

A escolha da cremação que cresce em nossos dias não é uma prática coletiva judaica. Muitos são levados a esta escolha 1) porque guardam memórias ruins de cemitérios; 2) porque têm problemas com a ideia de serem enterrados; 3) ou porque temem não serem visitados e esquecidos por seus entes queridos. A estes argumentos vale a pena lembrar 1) que a experiência de crematórios é igualmente desagradável; 2) que a cremação contempla a destruição do corpo de forma ainda mais violenta e não-gradual; e 3) que as gerações futuras ficam sem o marco da memória de seus ancestrais.

A tradição contempla a poética do retorno à terra e a reciclagem do ser humano em meio à natureza, distinto do ato poluidor de pulverizar o corpo. Sem registro em monumento da vida, o valor da memória que no espaço coletivo é fundamental fica desdenhado. Não se trata de desqualificar a cremação que é prática de outras comunidades e tradições, mas o reconhecimento de que ser judeu é um evento coletivo e que não se engajar nas práticas impacta a qualidade de identidade que uma pessoa construiu pela vida a fora.

Se essa identidade não tinha valor, tudo se torna irrelevante. Mas se tinha, há, um equívoco em não consolidá-la e em não se estabelecer a transmissão da mesma pela inserção nos costumes grupais.

Enfim, esta é uma lista não exaustiva de situações que dizem respeito ao espaço coletivo. São alguns aspectos para ajudar na tarefa de manter-se pertencente à coletividade em meio aos desafios de nosso tempo. Que nos ilumine a todos a força do discernimento!